

Ricardo Vieira
José Carlos Marques
Pedro Silva
Ana Maria Vieira
Cristóvão Margarido
Rui Matos
(Orgs.)

ÓCIO, JOGO E BRINCADEIRA:
Mediação Intercultural
e Intervenção Social

Título: Ócio, Jogo e Brincadeira: Mediação Intercultural e Intervenção Social
Organizadores: Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido e Rui Matos

© 2021, Autores e Edições Afrontamento

Capa: Edições Afrontamento / Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

ISBN: 978-972-36-

Colecção: Textos /

Depósito legal:

N.º edição:

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
Comercial@companhiadasartes.pt

novembro de 2021

Este livro foi objeto de avaliação científica.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.



Centro Interdisciplinar
de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLeiria



ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS



Índice

| | |
|---|----|
| Prefácio | 7 |
| <i>Pedro Morouço</i> | |
| Ócio, jogo e brincadeira: uma introdução | 9 |
| <i>Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido e Rui Matos</i> | |
| Capítulo 1 – Educar para o ocio: un desafío comunitario | 17 |
| <i>María Belén Caballo Villar</i> | |
| Capítulo 2 – Brinquedos tradicionais populares – na pegada de um patrimônio universal e inspirador | 27 |
| <i>João Amado</i> | |
| Capítulo 3 – <i>Gaming</i>, simulação e mediação intercultural | 45 |
| <i>Diana de Vallescar</i> | |
| Capítulo 4 – O mediador como provocador motor: malabarismo com constrangimentos e <i>affordances</i> | 55 |
| <i>Rui Matos</i> | |
| Capítulo 5 – Cantando e rindo: educação social, mediação intercultural, animação e desenvolvimento comunitário | 75 |
| <i>Ana Maria Vieira e Ricardo Vieira</i> | |
| Capítulo 6 – Da organização de uma exposição etnológica: o ocio e o lúdico na animação e desenvolvimento comunitário | 85 |
| <i>Ricardo Vieira e Ana Maria Vieira</i> | |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 7 – Jogos musicais e mediação intergeracional | 93 |
| <i>Ana Ferreira, Cristóvão Margarido e Rui Santos</i> | |
| Capítulo 8 – Un acercamiento a la juventud con discapacidad desde el aprendizaje en el ámbito del ocio..... | 107 |
| <i>Aurora Madariaga e Joseba Doistua</i> | |
| Capítulo 9 – <i>Homo ludens</i>, tempo livre e animação sociocultural. O lúdico como práxis comunitária..... | 119 |
| <i>Albino Viveiros</i> | |
| Capítulo 10 – Animação sociocultural e brincoterapia como promotoras de aprendizagem e de competências socioafetivas | 133 |
| <i>Bruno Trindade e Ricardo Pocinho</i> | |
| Capítulo 11 – Ócio, jogo e brincadeira nos processos educativos dos povos originários brasileiros em sua relação com a perspectiva do Bem Viver .. | 141 |
| <i>Marcos José de Aquino Pereira</i> | |
| Sobre os autores..... | 155 |
| Sobre os organizadores..... | 159 |

CAPÍTULO 5

CANTANDO E RINDO: EDUCAÇÃO SOCIAL, MEDIÇÃO INTERCULTURAL, ANIMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Ana Maria Vieira
Ricardo Vieira

O GRUPO ETNOGRÁFICO CANTO DA TERRA – PISTAS PARA UM ESTUDO DE CASO

Um conjunto de jovens entre os 20 e os 30 anos, na década de 80, com origens sociais diversas, formaram um grupo de música popular portuguesa que veio a desenvolver-se como associação cultural, com a intenção de viver ativamente o ócio e o lúdico e de fazer animação de si e dos outros como promoção do desenvolvimento comunitário. Alguns destes jovens já conviviam frequentemente, passando boa parte do seu tempo livre cantando e tocando músicas com que se identificavam.

O projeto emergiu no seio de uma associação local, a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Albergaria dos Doze (ARCUDA), mas cedo os seus proponentes perceberam que o espaço para a cultura e para além do futebol era muito restrito. O grupo etnográfico Canto da Terra, vulgo “Cantares da Terra”, como era conhecido quando estava inserido no ARCUDA (uma associação onde a primazia do futebol era evidente, em detrimento da cultura), optou por uma separação e autonomização com o intuito de investir especificamente no património cultural, em particular na museologia, no jornalismo local, a par da recolha e divulgação da música popular portuguesa. Oficializou-se o Grupo Etnográfico Canto da Terra (GECT), como associação cultural, em 23 de março de 1987.

No jornal local de abril do mesmo ano, a direção da nova associação escrevia assim:

Pretendemos com este artigo informar-vos de que este mesmo grupo se autonomizou e oficializou para actuar especificamente ao nível da recolha e divulgação da música popular, como vinha fazendo, e administrar e dinamizar

o jornal “Os Doze” até aqui desenquadrado de qualquer associação. Além disso, esta nova associação cultural pretende recolher e defender o património cultural da nossa região, catalogando os trajes, alfaias agrícolas e outros artefactos tradicionais por forma a fazer nascer um museu vivo em Albergaria. (...) Queremos que fique claro que não pretendemos competir ou entrar em choque com qualquer outra associação da terra. Efectivamente, trata-se de animar contextos e vertentes sócio-culturais até agora não definidos como objectivos de qualquer associação já existente. (Jornal *Os Doze*, Ano I, n.º 9, abril de 1987)

Embora tenha nos primeiros anos investido ao nível da museologia, tenha mesmo participado em projetos internacionais de Nova Museologia, tenha intervindo ao nível concelhio e regional nos processos ligados à preservação do património cultural, a dinâmica do GECT acabou por se centrar, por um lado, no assegurar a publicação mensal do jornal *Os Doze*, que tem chegado aos mais variados pontos de Portugal, Europa e outros países por onde está estendido o coração da população da freguesia; por outro lado, na divulgação da música tradicional popular portuguesa, tendo atuado em quase todo o país, em França, na RTP Internacional, etc.

Os jovens fundadores do GECT viram na criação deste grupo uma forma de ter um projeto que os realizasse coletivamente nos seus tempos livres e que implicasse a comunidade na revalorização do seu património e no seu desenvolvimento.

Nos finais do século XX, esta associação, sedeadada numa comunidade do distrito de Leiria, funcionou como um catalisador para o empoderamento, o reconhecimento, o aumento da autoestima, a inclusão dos seus elementos e o ócio e o lúdico para si e para os outros.

Em termos gerais, usando uma metodologia etnográfica sobre este trabalho etnográfico e etnomusicológico, pretendemos mostrar a importância que o canto, o ócio e a ocupação do tempo livre podem ter, não só na animação, mas também no empoderamento, no reconhecimento e inclusão social, bem como, ainda, na criação de pontes de comunicação entre pessoas que aparentemente nada têm que as una.

MÚSICA, ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL E EDUCAÇÃO SOCIAL

Passar fins de semana a ensaiar e verões e verões em cima de um palco a cantar e a tocar instrumentos tradicionais populares portugueses, só por paixão ou por interesse económico. O GECT, Associação Cultural com as valências de jornalismo local, museologia e divulgação da música tradicional portuguesa,

recebia algum dinheiro das atuações realizadas, não só na comunidade de origem, como por todo o país e, também, no estrangeiro, mas o mesmo revertia apenas para aquisição de instrumentos e melhoramentos de equipamento sonoro. Era, pois, uma grande paixão que levava estes jovens, de então, a trocar os seus tempos livres semanais e anuais por um tempo que quiseram fazer de ócio, de participação social e de comprometimento para com a comunidade onde nasceram e viveram a sua juventude.

Em nossa opinião, esta arte de viver deve emergir das comunidades de base. É no viver quotidiano na família, na escola, no trabalho, na paróquia, na associação, etc., que as relações se tornam significativas e se constrói a consciência coletiva. É pensando o agir local e agindo o pensar global que poderemos recuperar a identidade comunitária. (Peres, 2007, p. 17)

“Quem canta seu mal espanta”, diz o povo. Era esse o ponto de partida do “Grupo de Cantares”, falando agora particularmente da valência da música tradicional e popular portuguesa, na medida em que o gosto por este tipo de música convidava a viver o lúdico de forma musical, descomprimindo do tempo laboral. Mas, a pouco e pouco, esse cantar espontâneo evoluiu para alguma formalização que se radicou na constituição de uma associação cultural, o GECT, com três valências fundamentais, como vimos.

Para Américo Peres (2007), é fundamental ultrapassar as rotinas monolíticas e envolver as diferentes gerações partilhando experiências e promovendo a interculturalidade.

Por outras palavras: o aprofundamento da democracia exige dos vários agentes e actores sociais uma abordagem centrada na educação social e na cultura dos povos, e, conseqüentemente, plasmada em projectos de animação sociocultural. A animação necessita da democracia como a democracia necessita da animação. (p. 11)

A intervenção social e educativa do GECT assentava na ideia de participação como método e como objetivo:

Mais ainda, a animação requer de tal modo a democracia e a participação que, sem elas, não é possível concebê-la, nem praticá-la, por muito que possa acontecer e realizarem-se outras experiências e iniciativas nas quais a sociedade e a ação cultural sejam eixos vertebradores principais. (Caride, 2007, p. 63)

Este novo paradigma da animação sociocultural pretende romper com aquilo a que Marcelino Lopes (2007) chama de cultura da passividade, “actores de um

lado e espectadores de outro. A cultura é assim para quem a pode pagar nesta lógica de mercado (...). É uma cultura assente no produto (...). Para ele só existem números. Número de assistentes. Número de grupos. Números e mais números...” (p. 146).

A animação sociocultural, neste sentido, é também potencializadora da inclusão social:

Inseridas no seio das comunidades as associações são agentes da inclusão, promotoras de relações interpessoais e, como tal, são também espaços privilegiados para as práticas e para a educação intergeracional em que, por um lado, os mais velhos terão oportunidade de se manter ativos, participativos, interventivos, partilhando com os mais jovens e com a comunidade um vasto leque de conhecimento adquiridos durante toda uma vida. Por outro lado, os mais jovens poderão adquirir valiosos conhecimentos, fruto de histórias de vida únicas transmitidas na primeira pessoa. (Cunha & Pereira, 2015, p. 198)

A animação sociocultural vai, nesta linha, muito para além da recreação e da ocupação dos tempos livres na medida em que, como vimos, já, ela é educadora e potencializadora de inclusão.

A animação sociocultural é uma estratégia de intervenção que trabalha por um determinado modelo de desenvolvimento comunitário. Este modelo de desenvolvimento *em, desde e para* a comunidade tem como finalidade última promover a participação e dinamização social dos processos de responsabilização dos indivíduos na gestão e direcção dos seus próprios recursos. (Cabeza, 2006, p. 127)

Trata-se, fundamentalmente, de transformar a vulgar cultura do tempo livre, onde as pessoas são fundamentalmente espetadoras, assistentes e consumidoras, numa cultura em que as pessoas sejam mais participantes e mais atores:

A partir das experiências de ócio, a animação sociocultural pode transcender outros âmbitos de identificação e individualização, chegando, assim, a aprofundar e a pôr em prática valores como: respeito, diálogo ou tolerância, juntamente como capacidades como compreensão ou empatia. (Cabeza, 2006, p. 132)

Neste sentido, o ócio vai muito além da ideia de tempo livre, de descanso e recuperação face ao trabalho quotidiano. O ócio surge, assim, como

uma ocasião para viver experiências satisfatórias que se transformam em âmbito de realização pessoal, identificação e integração comunitária, quando

se vivem de um modo positivo. A possibilidade de experimentar o ócio não coincide, necessariamente, com a disponibilidade de tempo, mas, sim, refere-se a uma capacidade interior de abertura, relacionada com interesses, motivações e desejos. Também responde a uma capacitação exterior que se manifesta através de habilidades pessoais e recursos contextuais. Ambas possibilitam que se levem a cabo acções que se realizam pela mera satisfação de as realizar, à margem da sua possível utilidade. (Cabeza, 2006, p. 133)

Como refere José António Caride (2006), esta mudança leva-nos a uma pedagogia da cultura que implica “um compromisso decidido com as múltiplas e variadas formas de diversidade cultural” (p. 211) ultrapassando as ideias simples de distração, “maneiras de passar o tempo”, o divertimento ou o recreio:

Uma vez mais, a questão de *formar* para *transformar*, ou o que é o mesmo, de “educar” ou “animar” para *mudar*, sucede num desafio indesculpável para uma pedagogia cultural que combata a injustiça que pulsa em muitas das nossas atitudes e comportamentos. (Caride, 2006, p. 211)

Esta perspetiva da animação sociocultural, contrariamente à clássica animação cultural dos anos 60 (Lopes, 2011, p. 191), assenta numa pedagogia social que propicia a participação, a autonomia, a consciencialização e a interação que, embora partindo do outro, origina a transformação de todos e com todos os implicados. Capacita, assim, as pessoas “fugindo de uma perspetiva de comodismo que significa a adaptação a um mundo dado. Antes pelo contrário, o que busca é o desenvolvimento pleno e autónomo das pessoas, cultivando as diversas dimensões humanas (afetiva, social, intelectual, física)” (Gradaille & Iglésias, 2010, p. 70, trad. nossa).

Trata-se de um desafio para que, nas palavras de Caride (2007), “os grupos, instituições e comunidades, etc., com os quais se relacionam, tenham a oportunidade de converter-se em sujeitos e não em meros objectos dos processos em que se envolvem socialmente” (p. 64).

Para Agostinho Gomes (2015), a música, enquanto expressão musical, é um campo fundamental para a animação sociocultural não só pela potencialização da coordenação psicomotora e da capacidade expressiva, mas também pelo potencial pedagógico de interação social, socialização e contacto com “a arte dos sons através da interpretação e da criação” (p. 89):

Nesta medida, os coros, os grupos de cantares, as tunas, e também as bandas filarmónicas, tal como outros formatos de grupos musicais que resultam da associação de pessoas para a prossecução de objetivos expressivos, lúdicos, recreativos, no fundo, sociais, culturais e educativos, desenvolvem-se numa

dimensão sociocultural eminente, não só porque se pautam pelo paradigma metodológico e tecnológico da ASC, mas também porque se desenvolvem em associação de pessoas, de que resulta o associativismo, muitas vezes até informal, que é em definitivo um dos aspetos mais privilegiados da animação sociocultural, especificamente a animação musical. (Gomes, 2015, p. 89)

A EMERGÊNCIA DE UM SÍMBOLO IDENTITÁRIO DA COMUNIDADE

As atuações locais, fosse na freguesia, no concelho ou no distrito, a participação em festivais de Música Popular Portuguesa, distritais e nacionais, e as atuações internacionais passaram a ser uma constante na vida das pessoas que formavam este grupo.

O grupo de Música Popular Portuguesa, o GECT, tinha os seus fãs que seguiam o seu calendário de espetáculos.

As pessoas reviam-se neste grupo como se de uma bandeira se tratasse. Conheciam as músicas que cantavam, dançavam, seguiam o grupo e acompanhavam tudo pelo jornais e rádios locais que na altura proliferavam.

Este grupo unia as pessoas dos diferentes lugares da freguesia, e fora dela, e era um símbolo aglutinador dos bairrismos próprios de cada lugar que se unificavam em torno de cada espetáculo.

A CONVIVÊNCIA E A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NO EMPODERAMENTO DOS ELEMENTOS DO GECT NOS ENSAIOS SEMANAIS E NO PALCO DOS ESPETÁCULOS

Os ensaios e as atuações representavam momentos de ócio e puro prazer de cantar e viver harmoniosamente. Nele interagiam pessoas de profissões diferentes, idades diferentes, interesses diferentes, origens diferentes, alguns, de algum modo, excluídos por parte da sociedade local e que encontraram neste projeto uma alavanca de empoderamento, inclusão e de reconhecimento pessoal e social por parte da comunidade local que transformou, assim, as imagens sociais e estigmas, de alguns destes sujeitos, em positividade.

A criação deste grupo de cantares e a mediação intercultural que promoveu contribuíram para a criação de laços de convivência entre pessoas que dificilmente teriam interagido social e interculturalmente. O espírito de inclusão social do grupo musical, em diálogo com o *know-how* “desconhecido” de sujeitos mais excluídos, a par da potencial complementaridade e sinergia do grupo, foram ingredientes fundamentais para a construção de um grupo heterogéneo, social e

musicalmente, mas uno e coeso em torno de um projeto de ócio, de animação sociocultural, de educação social e de uma identificação cultural comuns.

Nos finais do século XX, este grupo, sediado numa comunidade do distrito de Leiria, promoveu a convivência, criou pontes de comunicação e funcionou como um catalisador para o empoderamento, o reconhecimento, o aumento da autoestima, a inclusão dos seus elementos e o lúdico para si e para os outros.

Os ensaios semanais permitiam a troca de experiências quotidianas e iam muito para além das atividades musicais. Permitiam a aprendizagem de outros instrumentos musicais, a partilha de tristezas e de alegrias, a partilha e criação de projetos de vida, de ócio, brincadeira e de reforço identitário.

Os momentos de palco (no mês de agosto chegava a haver 10 espetáculos, ou mais, que implicavam uma agenda apertada mesmo sem usufruto de férias...) eram antecedidos de reforço de solidariedades e partilhas diversas sobre os contextos familiares, semana a semana, entre cada ensaio e cada espetáculo; e, também, convenhamos, de algumas tensões normais, como ocorre em qualquer grupo social, e que iam sendo geridas e mediadas numa aprendizagem da convivência (Jares, 2007).

O palco e o dia do espetáculo eram de festa para os espetadores, para os habitantes dos lugares que contratavam o GECT, e também de festa e alegria para os jovens músicos de então.

ÓCIO E TEMPO LIVRE, ENTRE A BRINCADEIRA E O PROFISSIONALISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A procura do grupo para tanta animação levou a um investimento significativo em equipamento de som, muito do qual construído por alguns jovens de então, com as competências eletrotécnicas, de carpintaria, etc., de que já dispunham profissionalmente.

O grupo passou a viver alguma ambiguidade entre um projeto de algum profissionalismo e a mera ocupação dos tempos livres.

Em termos gerais, utilizámos uma metodologia etnográfica sobre este trabalho etnográfico e etnomusicológico de recolha e divulgação de músicas tradicionais.

Compreendemos a importância que o canto, o ócio e a ocupação do tempo livre podem ter não só na animação, mas, também, no empoderamento, no reconhecimento e inclusão social, bem como, ainda, na criação de pontes de comunicação entre pessoas que aparentemente nada têm que as una. O GECT dá conta de uma juventude inquieta e envolvida com a comunidade, uma aldeia de 2500 habitantes, como será difícil, provavelmente, encontrar hoje.

Estamos a falar de ócio, dos músicos e da comunidade; de Educação Social, da comunidade (do desenvolvimento comunitário, da tomada de consciência de um todo comunitário – para além das partes); do envolvimento da comunidade com as atividades da associação; de música popular portuguesa (MPP); de exposições etnológicas; de um jornal local que promovia o desenvolvimento de hábitos de leitura que chegava e chega, ainda hoje, a toda a comunidade espalhada pelo mundo global.

Estamos a falar de interculturalidade e de mediação intercultural entre os membros da associação e do grupo de MPP e entre estes e a comunidade em geral.

Estamos a falar de desenvolvimento comunitário que se reflete numa maior participação da comunidade na animação local e regional e de reforço do sentimento de pertença (Vieira, 1999).

Em suma, estamos a falar de desenvolvimento comunitário que é o auge da mediação intercultural, alavancado pela animação por parte do GECT, em termos não só musicais, mas, também, jornalísticos e museológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABEZA, M. C. (2006). Ócio e animação: Novos tempos. In A. M. Peres & M. S. Lopes (Coords.), *Animação, cidadania e participação* (pp. 126-139). Chaves: APAP.
- CARIDE, J. A. (2006). Animação sociocultural, globalização e cidadania: A respeito da necessidade de uma nova pedagogia das culturas. In A. M. Peres & M. S. Lopes (Coords.), *Animação, cidadania e participação* (pp. 205-216). Chaves: APAP.
- CARIDE, J. A. (2007). Para uma animação democrática numa democracia animada: Sobre os velhos e os novos desafios da animação sociocultural como prática participativa. In A. Peres & M. Lopes, *Animação sociocultural, novos desafios* (pp. 63-75). Chaves: APAP.
- CUNHA, F. M. B., & Pereira J. D. L. (2015). O associativismo como espaço de práticas e educação intergeracional. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes, & T. M. Rodrigues, *Animação sociocultural, gerontologia e educação intergeracional: Estratégias e métodos de intervenção para um envelhecimento ativo* (pp. 191– 200). Chaves: Intervenção.
- GOMES, A. (2015). O animador sociocultural e a intervenção musical. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & T. M. M. Rodrigues, *O animador sociocultural no século XXI* (pp. 87-94). Chaves: Intervenção.
- GRADAILLE, R., & Iglésias, T. M. (2010). Educando em igualdade nos cenários escolares e sociais. In A. Peres & R. Vieira (Coords.), *Educação, justiça e solidariedade na construção da paz* (pp. 60-74). Chaves: APAP.
- JARES, X. (2007). *Pedagogia da convivência*. Porto: Edições Afrontamento.
- LOPES, M. (2007). A animação sociocultural e a gestão cultural: O exemplo português. In A. Peres & M. Lopes, *Animação sociocultural, novos desafios* (pp. 129-149). Chaves: APAP.

- LOPES, M. (2011). A animação sociocultural e animação cultural. In J. D. L. Pereira & M. S. Lopes (Coords.), *As fronteiras da animação sociocultural* (pp. 187-197). Chaves: Intervenção.
- PERES, A. (2007). Animação, direitos humanos, democracia e participação. In A. Peres & M. Lopes, *Animação sociocultural, novos desafios* (pp. 15-25). Chaves: APAP.
- VIEIRA, R. (1999). *Albergaria dos Doze, as partes e o todo: Um estudo sobre a identidade cultural*. Albergaria dos Doze: Quilate, Artes Gráficas.